



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

NIRE 53.5.0000875.6

ATA DA 402ª (QUADRINGENTÉSIMA SEGUNDA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

Aos trinta dias do mês de junho do ano dois mil e vinte um, às oito horas e trinta minutos, por videoconferência, reuniu-se o Conselho de Administração da CBTU, com a presença do presidente do colegiado, BERNARDO SOUZA BARBOSA e dos demais membros do Conselho: ANDREA MARIA RAMOS LEONEL, CIRANO LOPES DE OLIVEIRA, MANOEL RENATO MACHADO FILHO e WELERSON CAVALIERI. Ausente por motivo justificado o Conselheiro DANIEL DE OLIVEIRA DUARTE FERREIRA. Também estiveram presentes FELIPE ANTONIO GABRICH e RENE GUIMARÃES ANDRICH, membros do COAUD. Foram convidados o Diretor de Planejamento e Relações Institucionais e Diretor de Administração e Finanças, interino, PEDRO AUGUSTO CUNTO DE ALMEIDA MACHADO; o Chefe do Gabinete da Presidência, MARCOS JOSE DE LUNA GALINDO; a Adjunta do Diretor de Administração e Finanças, ANTONIELA PATRICIA MARQUES; a Adjunta do Diretor Técnico, ADRIANA FONSECA LINS; o Adjunto do Diretor de Planejamento e Relações Institucionais, RAFAEL LUIZ DURAES DE SANTANNA; o Gerente Geral – Jurídico, MARCOS CAVALCANTI SARINHO; o Chefe da Auditoria, JEFFERSON BARROS FIGUEIREDO; o Gerente Geral de Governança, VALMIR SOARES AZEVEDO; o Gerente Técnico - Marketing e Potencialidades Comerciais, MARCELO WANDERLEY DE OLIVEIRA MIRANDA; o Superintendente Regional de Belo Horizonte MIGUEL DA SILVA MARQUES; o Chefe do Gabinete da STU Belo Horizonte, HUDSON VITOR DE CASTRO; o Assessor do Presidente IRAN TAVARES e o Senhor MANOEL TEIXEIRA DE MESQUITA NETO da Secretaria de Transportes do Rio de Janeiro – SETRANS/RJ, representando a Central Logística, para prestar esclarecimentos e auxiliar o colegiado. A Assistente Executiva RUTE PORTUGAL DOS SANTOS foi convocada para secretariar os trabalhos.

Verificando-se o quórum para instalação da reunião, procedeu-se à apreciação dos assuntos constantes em pauta. Os membros do Conselho de Administração, únicos presentes com direito a voto, deliberaram nos termos que se seguem:

Abertura. Comunicações iniciais. Registrada a participação dos Adjuntos das Diretorias e do Chefe de Gabinete da Presidência, a partir desta reunião, com objetivo de facilitar a comunicação entre o Conselho e a Diretoria.



1. Aprovação das atas da 71ª RE e da 401ª. RO do Conselho de Administração. O Conselho aprovou as minutas das atas em referência.

2. Apreciação do Relatório de Demandas do CONAD – A secretaria do Conselho apresentou a minuta do Relatório de Acompanhamento das demandas do CONAD, para avaliação inicial e sugestões de aprimoramento, documento que passa a integrar periodicamente a pauta do Conselho como primeiro item a ser tratado.

3. Apreciação da ata da 6ª. RE do COAUD - O Conselho de Administração, apreciou a ata e considerou insuficiente a retificação realizada em relação à ata anterior daquele comitê, que versava sobre a posição do COAUD quanto à demora do processo para licitação do Auditor Independente e de eventuais riscos que o Conselho assumiria na eventualidade de encerramento do contrato antes de finalizar-se a licitação. Solicita ao COAUD que a retificação seja complementada em ata posterior a fim de tornar clara a posição do CONAD e não restar dúvida quanto ao que foi dito em reunião sobre esse tema, notadamente o fato de que o CONAD jamais aceitou o risco de ficar, por um dia, sem auditor externo. Os membros do COAUD presentes na reunião registraram concordância com o pedido e entenderam pertinentes as modificações sugeridas para não deixar dúvida da postura zelosa do CONAD durante todo esse período.

4. Apreciação das atas das Reuniões do CONFI – Não foram recebidas atas posteriores à da 548ª. Reunião por estarem em processo de assinatura quando da divulgação da pauta desta reunião. A esse respeito foi consultada a possibilidade da CBTU fornecer o software de assinatura eletrônica a todos os Conselheiros, ficando registrado que a Companhia está em processo de negociação desse recurso e espera para breve sua disponibilização a todos os Conselheiros para conferir maior agilidade ao processo de divulgação dos atos dos colegiados.

5. Apreciação das Atas da Diretoria Executiva – 28ª RE, 646ª, 647ª e 648ª RO – O Conselho apreciou as atas, e acolheu os esclarecimentos prestados pelo Diretor de Planejamento e Relações Institucionais no tocante aos temas tratados. Referindo-se à Ata da 28ª RE, Proposição nº 002-2021/STU-BH, o Conselho solicitou esclarecimentos sobre as circunstâncias que levaram à convalidação da celebração de termo aditivo com a empresa Brink's e as justificativas da não aprovação do contrato com a antecedência necessária, mesmo que, conforme justificativa, tenha sido decorrente de licitação que restou infrutífera, sem que houvesse tempo hábil para o rito ordinário. Assim, recomendou à Diretoria Executiva que os procedimentos internos sejam iniciados com a antecedência devida, prevendo, inclusive, cenário de licitação deserta, evitando-se a adoção de procedimento similar no futuro. Da Ata da 647ª RO consta o debate sobre o cumprimento das etapas



de implantação do Plano de Integridade e a aprovação da diretoria de que seja prorrogado por 60 dias o prazo para sua apresentação. Ciente, o Conselho manifestou preocupação quanto à citada prorrogação sendo de opinião que uma matéria de tamanha relevância já deveria ter tomado corpo e **solicitou** o empenho das áreas envolvidas para que o Plano de Integridade seja entregue no novo prazo estabelecido pela Diretoria. O Conselho examinou a Ata da 648ª. RO e não fez observações adicionais.

6. Prévia da PLOA para 2022 com base nos Referenciais Monetários – Convidado o Diretor de Planejamento e Relações Institucionais que apresentou ao Conselho a pré-proposta orçamentária da CBTU para o ano de 2022, destacando os dados da CBTU e dados orçamentários, além das despesas necessárias por tipo de ação. Abordou a evolução das despesas discricionárias e obrigatórias de 2021 e 2022, além da necessidade de investimentos, ressaltando que do montante de R\$ 220 milhões recebidos a Companhia tem ainda necessidade de R\$ 290 milhões para as Superintendências a fim de que se alcance a operação sustentável, além de cerca de R\$ 23 milhões para a Administração Central. Apontou, ainda, a solicitação de R\$ 631 milhões que serão destinados às intervenções emergenciais para recuperação dos sistemas nas Superintendências. Ciente, o Conselho destacou, mais uma vez, a sua preocupação e, após o envio formal da pré-proposta orçamentária, se compromete a enviar ofício ressaltando os riscos à CBTU em razão da insuficiência orçamentária, a ser dirigido ao Ministério do Desenvolvimento Regional e ao Ministério da Economia, registrando o cenário de riscos em decorrência da escassez de recursos para manutenção do sistema. Por fim, **solicitou** sejam realizados estudos para identificação de oportunidade orçamentária para a CBTU decorrente da eventual estadualização da CBTU-BH, deixando preparada uma possível redução do orçamento previsto para aquela unidade, a depender do cronograma de publicação do Edital para desestatização daquela regional.

7. Renovação do Contrato com Auditoria Independente (Contrato encerra em 06/07) - Com participação do Gerente Geral de Governança que informou ter recebido todos os documentos necessários para formalização do Termo Aditivo. Esclarece que não houve mudança de escopo no plano de trabalho, no entanto, foi incluída etapa para avaliação e emissão de relatório sobre o ambiente de TI. A expectativa da administração é que a assinatura aconteça até o próximo dia 04 de julho, antes do vencimento do contrato.

8. Licitação para contratação de Auditoria Independente – 2022 - O Gerente Geral de Governança informou ao Conselho que, em razão das providências urgentes para celebração do Termo Aditivo com a atual Auditoria Independente os esforços da equipe foram alocados para atender aquele ponto. Sendo assim, serão retomadas as rotinas de preparação do processo de licitação



para 2022, assumindo o compromisso de apresentar ao Conselho o status do processo em sua próxima reunião.

9. Licitação para contratação do Seguro D&O - Com participação do Gerente Geral de Governança e do Diretor de Planejamento e Relações Institucionais, que informaram ao Conselho que a expectativa de valor para esse seguro vem subindo o que vai dificultar o processo de seleção em curso pela CBTU. Foi considerada, na oportunidade, a informação de que a Assembleia Geral de Acionistas não acatou a proposta da Companhia de inclusão da figura do Contrato de Indenidade na última revisão estatutária. Diante disso solicita ao jurídico da companhia que avalie se a não inclusão desse item no Estatuto prejudica a validade do contrato da empresa com os dirigentes, emitindo seu parecer para a próxima reunião deste Conselho. Atendendo solicitação consignada na ata da 401ª RO deste Colegiado, foi apresentado o cronograma previsto para as próximas etapas do processo de Licitação do Seguro D&O, sendo consignado que a cobertura inicialmente prevista no Termo de Referência eleva a possibilidade de não ser viável a contratação da apólice nos moldes iniciais, considerando-se a limitada disponibilidade de orçamento para essa ação; o Conselho debateu a redução da cobertura para trazer a licitação a um patamar mais próximo à realidade da CBTU e entende necessário e oportuno rever a expectativa de cobertura, estabelecendo esse valor na ordem de R\$ 10 milhões de reais, orientando a Direção a fazer os necessários ajustes no Termo de Referência.

10. Prorrogação do contrato de caixas eletrônicos – O Conselho de Administração convidou o Diretor de Planejamento e Relações Institucionais, com participação do Gerente Técnico - Marketing e Potencialidades Comerciais para apresentar ao colegiado a nova estratégia a ser abordada na licitação para nova concessão de instalação de caixas eletrônicos que basicamente consiste na cobrança por área, em vez de por caixa instalado, na composição por LOTES: caixas com maiores utilizações agregados a outros com menores e na cobrança sobre possíveis mídias veiculadas nos caixas eletrônicos em BH. Apresentou ainda detalhes do Termo de Referência, previsão para finalização dos trabalhos técnicos de desenho dos espaços e expectativa de lançamento da licitação até outubro. Diante da complexidade dos estudos para definição do novo TR, destaca a necessidade de prorrogação do atual contrato por até 120 dias, com cláusula de encerramento antecipado, a fim de permitir à CBTU a finalização do desenho da nova licitação. Considerando os argumentos apresentados e os termos Proposição nº 002-2021/DP, relativa ao Termo Aditivo nº 03 ao Contrato nº 007-2018/DP, celebrado com a empresa Multinegócios Participações, Serviços, Locação e Sublocação de Espaços Ltda., a fim de que a CBTU mantenha o fluxo de receitas não operacionais advindas da exploração comercial de caixas eletrônicos enquanto finaliza o termo de referência,



visando nova licitação, o Conselho de Administração **aprova** a celebração do Aditivo contratual pelo prazo de até 120 (cento e vinte) dias, a contar do dia 03/07/2021, por mútuo acordo entre as partes. Ao fim o Conselho registra seu reconhecimento aos participantes do processo pela qualidade das informações apresentadas e pela iniciativa de mudança da estratégia de exploração dos caixas eletrônicos; consignando sua **solicitação** de acompanhamento dos prazos pactuados a fim de que, na eventualidade de nova prorrogação do contrato, os procedimentos devidos sejam adotados com antecedência necessária à aprovação deste Conselho.

11. Situação do Shopping de BH – O Diretor de Planejamento e Relações Institucionais apresentou ao Conselho a solicitação complementar de prorrogação de descontos na remuneração a ser paga pelo Shopping Estação BH que, somados, valeriam para o período de janeiro a julho de 2021. O contrato, pelo seu volume, foi trazido para a Administração Central, sob gestão da GEMPO. Tais solicitações ocorreram em virtude da emissão de novos decretos municipais pela Prefeitura de Belo Horizonte, restringindo o funcionamento de *shopping centers* desde o início de 2021. Após debater o assunto e considerando, sobretudo, a situação financeira da CBTU, o Conselho de Administração **rejeita** a proposta de prorrogação dos descontos na remuneração a ser paga pelo Shopping Estação BH no período de janeiro a julho de 2021.

12. Homologação das alterações no Manual Disciplinar e apreciação do Parecer do Jurídico – A apreciação desta matéria foi adiada para a reunião ordinária de julho.

13. Parâmetros mínimos de defesa CBTU / CGU – Em atenção à Recomendação CGU nº 180222 e Recomendação e-AUD nº 795570, o Gerente Geral Jurídico apresentou ao Conselho o Manual elaborado por aquela GAJUR, aprovado pela Diretoria Executiva em reunião de 21 de junho de 2021, visando estabelecer parâmetros a serem observados pelos advogados responsáveis pela fiscalização e gestão das ações judiciais em que a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) figura como parte, com o objetivo principal de zelar pela adequação da estratégia de defesa proposta pelo escritório contratado para a representar a CBTU. Ao final da exposição o Conselho **solicita** ao jurídico que prepare subsídios a fim de que o colegiado realize as seguintes avaliações: a) eventual necessidade de desenvolver uma política própria para escolha de escritório terceirizado; b) a estratégia adotada de trabalhar com apenas um escritório contratado; c) a oportunidade de inclusão no manual de alçada própria para o Conselho de Administração utilizando-se os parâmetros do RILC para essa definição, indicando no material de apoio o quanto essa alçada representaria em termos numéricos.



14. Apresentação das demandas dos órgãos externos e apontamentos prioritários da Auditoria Interna – O Diretor de Planejamento e Relações Institucionais, juntamente com o Chefe da Auditoria, apresentou as análises e razões da Diretoria sobre os apontamentos de órgãos externos (CGU) e da Auditoria Interna, acrescentando, também o *status* das recomendações prioritárias em acompanhamento pela Diretoria Executiva. Encerrada a exposição e esclarecidos os pontos de dúvida o Conselho, referindo-se à penhora judicial de bens e considerando a baixa governabilidade da companhia sobre os depósitos mantidos em processos físicos nos fóruns, cujo atendimento presencial não foi reaberto, o Conselho **solicita** ao jurídico que traga posição atualizada sobre a possibilidade de celebração de convenio com a Caixa e o Banco do Brasil para consulta aos depósitos judiciais efetuados nessas IF, e eliminar a eventual contratação de empresa para realização dessas buscas, evitando gasto para a Companhia. O Conselho consignou seu reconhecimento pelo esforço despendido e pela qualidade do material apresentado, **recomendando** que esses registros sejam objeto de acompanhamento mensal pela Diretoria, trazendo periodicamente ao Conselho os pontos prioritários a serem monitorados por este colegiado, e **convida** o Chefe da Auditoria para participar de sua próxima reunião a fim de que repasse a visão da auditoria sobre os pontos citados.

15. Regularização do Patrimônio - Central Logística – Tema apresentado pelo Assessor da Presidência, e pelo Convidado, em nome da Central Logística. Foram explicitados os trabalhos realizados até esta data e os dificultadores enfrentados para a regularização dos bens, considerando as características de muitos dos itens relacionados nas planilhas apresentadas, a saber, bens inservíveis e de pouca mensurabilidade. O Conselho **orienta** à equipe que separe esses bens em dois blocos de abrangência para efeitos contábeis, os passíveis de baixa e já depreciados e aqueles que constarão de inventário patrimonial, dentre eles os imóveis em uso pela Supervia. Feita essa orientação foi **solicitada** a programação de etapas e prazos mínimos para essa regularização e sua apresentação ao Conselho na próxima reunião ordinária deste colegiado, considerando no relatório os bens em processo de depreciação na CBTU, que realizará nova verificação contábil e retificará o relatório, sendo o caso.

16. Análise jurídica dos empregados cedidos, anistiados e reintegrados – A apreciação desta matéria foi adiada para a reunião ordinária de julho.

17. Andamento do processo contra a Braskem, informações da Diretoria sobre os fatos causadores do problema e projeto para recuperação da linha. A apreciação desta matéria foi adiada para a reunião ordinária de julho.



18. Participação do STU - BH – Convidados o Superintendente Regional de Belo Horizonte e o Chefe de Gabinete daquela STU. Apresentação da Superintendência em linhas gerais, principais contratos e projetos para o futuro; indicadores, de janeiro a abril de 2021; DRE; taxa de cobertura (com rateio com a Administração Central); receitas; despesas administrativas por competência; despesas administrativas com terceiros; pessoal; custo operacional; desempenho operacional; segurança; e pesquisa de satisfação do passageiro. Encerrada a exposição o Conselho registrou seus cumprimentos sobre as informações apresentadas e pelo esforço das equipes envolvidas na consolidação dos indicadores daquela Superintendência. **Convidou** o STU-BH a participar da reunião de julho do Colegiado para apresentar o Projeto Linha 2 do Barreiro (atualmente paralisado) e também prestar esclarecimentos sobre o imóvel em construção localizado na Rua Bernardo Rubim, aparentemente em área pertencente à CBTU.

19. Situação da Cobrança de honorários sobre processos já encerrados, pelo Escritório que presta serviços jurídicos à STU-BH - Nelson Williams – O Gerente Geral Jurídico esclareceu ao Conselho as circunstâncias e providências relativas à cobrança indevida de honorários pelo escritório contratado, não limitado aos serviços prestados à STU-BH, informando que o caso se enquadra na lei de responsabilidade, por se tratar de fraude e não simples falha na execução contratual, causando prejuízo para a CBTU. O processo de investigação interno é regulado pelo manual disciplinar e os insumos foram enviados à Corregedoria para abertura de processo disciplinar de pessoa jurídica. Além desse processo, foi identificada falha do escritório em não comparecer a audiência judicial, cabendo nesse caso a instauração de processo administrativo, cuja notificação será encaminhada em breve de forma a seguir o rito de notificar e conceder prazo de 10 dias para apresentação de defesa pelo citado.

20. Gestão Patrimonial – STU BH. Situação do inventário físico de bens patrimoniais (Relatório nº 10-2019). Item tratado no conjunto do relatório dos apontamentos de auditoria, objeto do item 14 desta Ata.

21. Acordo judicial para cessão de imóvel ao Sindimetro/MG – O Gerente Geral Jurídico informou que o representante do Sindicato dos Metroviários de MG - Sindimetro procurou a CBTU para negociar a concessão do terreno de posse desta companhia em substituição à multa devida pelo imóvel, cujo credor é o MPT. Foram solicitadas duas audiências ao ministério, ainda sem sucesso, para que manifeste interesse no acordo proposto pelo Sindicato. A execução da multa está suspensa enquanto se aguarda a realização da audiência com o MPT. Após a oitiva do MPT, o processo retomará ao Conselho.



Encerramento. Foi confirmada a próxima reunião ordinária do Colegiado para 30 de julho de 2021, conforme estabelecido no calendário anual. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença e participação de todos, dando por encerrada a sessão, da qual foi lavrada a presente ata, que, lida e aprovada, vai assinada por mim, Rute Portugal dos Santos, secretária, e pelos conselheiros.

BERNARDO SOUZA BARBOSA

Presidente

ANDREA MARIA RAMOS LEONEL

Conselheira

CIRANO LOPES DE OLIVEIRA

Conselheiro

MANOEL RENATO MACHADO FILHO

Conselheiro

WELERSON CAVALIERI

Conselheiro

RUTE PORTUGAL DOS SANTOS

Secretária